

## 2

### O Programa Bolsa Escola Federal

Os programas de transferência condicional de renda tornaram-se muito populares e, com o apoio de instituições internacionais como o Banco Mundial, acabaram se espalhando por diversos países. Ao final de 2005 México, Brasil, Turquia, Chile, Colômbia, Equador, Jamaica, Honduras, Panamá, África do Sul, Nicarágua, Burkina Faso, Lesoto, Camboja, Paquistão e Bangladesh figuravam na lista de países que tinham algum programa desse tipo. Existiam ainda no final de 2005 outras nações, em sua maioria pobres, estudando a possibilidade de criação de novos programas.

O aumento da popularidade desses programas nos últimos anos está relacionado em grande medida aos benefícios desses programas, que foram documentados em inúmeros trabalhos, como em Cardoso e Souza (2005), em Schultz (2004), em Skoufias e Parker (2001), em Gertler (2004) e em Hoddinott e Skoufias (2004). Somente o artigo de Hoddinott e Skoufias (2004) será discutido de maneira mais aprofundada nessa tese, no próximo capítulo.

O Programa Bolsa Escola Federal do Brasil foi um programa de transferência condicional de renda. Nesse programa as famílias com crianças em idade de 6 a 15 anos e com renda per capita menor ou igual a 90 reais por mês recebiam uma bolsa de 15 reais por filho (até o terceiro filho) caso todos os filhos freqüentassem, no mínimo, 85% das aulas. A idéia desse programa específico era fornecer um incentivo monetário para que famílias pobres decidissem enviar seus filhos para a escola, ao invés de fazê-los trabalhar para complementar a renda da família.

O Programa Bolsa Escola foi implementado, pela primeira vez no Brasil, no ano de 1995 pelo governo do Distrito Federal. Em 1996 o Programa Bolsa Escola recebeu um prêmio das Nações Unidas tornando-se um modelo para o resto do país e sendo replicado em outras regiões. Em 1998 sete estados do Brasil (Amapá, Goiás, Tocantins, Alagoas, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Acre), quarenta e cinco municípios de São Paulo e outros nove municípios em outros estados já

havia implementado programas inspirados no Programa Bolsa Escola do Distrito Federal.

Como consequência da expansão do Programa Bolsa Escola, o Ministério da Educação decidiu criar em 2001 o Programa Bolsa Escola Federal. As transferências do programa ficaram à cargo da Caixa Econômica Federal e a organização a cargo dos municípios, que deveriam preparar o registro das pessoas necessitadas do benefício e de fiscalizar a frequência nas escolas. Para fazer parte do programa o município tinha que criar um conselho de controle social com participação de autoridades locais e líderes da comunidade. No ano de 2002, 5.545 municípios (99,7% de todos os municípios do Brasil) já haviam se inscrito no Programa Bolsa Escola Federal. O orçamento para o Programa Bolsa Escola Federal no ano de 2002 foi de R\$ 2 bilhões e o programa atingiu, segundo o ministro da educação, 5 milhões de crianças naquele ano.

O próximo capítulo faz uma revisão da literatura relevante para esta tese.